

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.973 - SP (2019/0124836-4)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : EDMIR DE SOUZA BERTAO**  
**AGRAVANTE : HERALDO DE SOUZA BERTAO**  
**AGRAVANTE : ROBINSON ROGERIO CORAZIN**  
**AGRAVANTE : EDER MARCOS RODRIGUES**  
**AGRAVANTE : LUCIANO APARECIDO CAVARSAN**  
**AGRAVANTE : CARLOS ANTONIO ROSSIGNOLI**  
**AGRAVANTE : RICARDO PIRES DA SILVA**  
**AGRAVANTE : SERAFIM DOMINGOS FARIA ANDRADE**  
**AGRAVANTE : RINALDO SOUTO**  
**AGRAVANTE : JOSE MAURICIO ALVES DA CUNHA**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE COSTA FREITAS BUENO - SP242934**  
**RAFAEL PACELA VAILATTE - SP274179**  
**JEFFERSON DANILO REINALDO DA SILVA - SP364508**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : OTAVIO AUGUSTO MOREIRA D ELIA - SP074104**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por EDMIR DE SOUZA BERTAO e OUTROS contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu recurso especial fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, que desafia a acórdão assim ementado (e-STJ fls. 189/190):

AGRAVO DE INSTRUMENTO Mandado de Segurança – ALE Cumprimento de sentença Fazenda do Estado que procedeu á incorporação do adicional com 50% no salário-base e 50% no RETP, com base na Lei Complementar nº 1.197/2013 Decisão agravada que considerou cumprida a obrigação de fazer Inconformismo Descabimento – Acórdão exequendo que, embora ordene a “incorporação da parcela correspondente ao grau mínimo do ALE (Local I) ao vencimento-base do impetrante, passando ambos a constar como uma única rubrica ou código, devendo eventual diferença entre o grau referido e o grau percebido pelo impetrante constar de rubrica distinta”, não afastou a incidência da Lei Complementar nº 1.197/2013 Julgado que apenas assegura a incorporação do ALE, afastando a tese de que constitui gratificação, mas sim aumento disfarçado de salário A novel legislação incorporou o ALE aos vencimentos do servidor, o fazendo em 50% no salário-base e 50% no RETP – Ausência de violação à coisa julgada – Pretensão recursal que, se admitida, redundaria em enriquecimento sem causa, com duplicação da vantagem Precedentes Decisão mantida Agravo não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. (e-STJ fls. 240/244).

No especial obstaculizado, o recorrente alegou ofensa dos arts. 467, 468, 502 e 503, do CPC/2015, tendo em vista a ofensa a coisa julgada, porquanto a Fazenda não cumpriu com a obrigação de fazer, nos termos da LCE 1.197/2013.

# Superior Tribunal de Justiça

Sem contrarrazões.

O Ministério Público Federal apresentou parecer opinando pelo desprovimento do agravo (e-STJ fls. 310/313).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC". (Enunciado Administrativo n. 3).

Feito esse registro, observa-se que não merece prosperar a presente irresignação.

Com efeito, ainda que apontada suposta violação de dispositivo de lei federal, toda argumentação do apelo nobre centra-se na interpretação de legislação estadual. Nesse passo, deve-se destacar ser cediço que o recurso especial tem por escopo a uniformização da interpretação da lei federal e, por isso, não serve para a análise de eventual infringência a lei local, conforme a inteligência da Súmula 280 do STF.

Nesse aspecto, verifica-se que a revisão das razões de decidir do acórdão recorrido encontra óbice no referido enunciado.

Ademais, as alegações da parte recorrente demandariam a interpretação dos comandos do título exequendo, providência que esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PENSÃO. BASE DE CÁLCULO. PARCELAS DETERMINADAS PELO TÍTULO EXECUTIVO. REVISÃO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

III. No caso, o Tribunal de origem, à luz do contexto fático dos autos, concluiu que a inclusão do valor das horas extras e do adicional noturno, na base de cálculo da pensão, não viola a coisa julgada, estando em consonância com o título exequendo. Assim, verificar, nos termos em que restou decidida a ação que originou o título executivo judicial, se houve ou não violação à coisa julgada, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível, em sede de Recurso Especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes do STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.572.187/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO-OCORRÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

PENSÃO. EX-FERROVIÁRIO. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. OFENSA À COISA JULGADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS E FATOS. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. No caso, rever a interpretação dada pela Corte de origem ao título executivo judicial, a fim de aferir possível violação à coisa julgada, exigirá o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é inadmissível na via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ. A propósito: AgRg no AREsp 30.281/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 02/06/2014; AgRg no AREsp 149.713/PR, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 3/10/2012; AgRg no AREsp 224.394, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 19/12/2012; AgRg no REsp 1.208.502/AL, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 9/8/2011.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 535.028/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 28/08/2015).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator